



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0515217-94.2011.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Execução Fiscal - ISS/ Imposto sobre Serviços**
Requerente: **Prefeitura Municipal de São Carlos**
Requerido: **Construtora Remo Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Fls. 69: Trata-se de embargos declaratórios por meio dos quais pretende-se a rediscussão do mérito da decisão que, ao contrário do alegado, não contém omissão, obscuridade ou contradição.

Deve se lembrar que "o órgão judicial, para expressar sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio" (STJ-1ª T., AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v.u. DJU 17.8.98, p. 44).

No mesmo sentido: RSTJ 148/356, RT 797/356, RJTJESP 115/207.

Ademais, o documento de fls. 64 foi apresentado a destempo.

Ante o exposto, conheço dos embargos mas lhes nego provimento.

P R I

São Carlos, 12 de fevereiro de 2015.